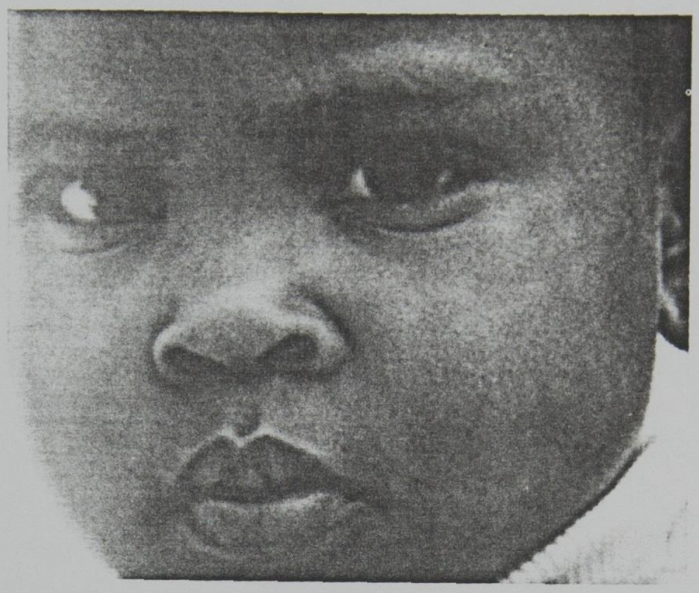
Medicamento é maior responsável por intoxicações em crianças no Brasil



Os medicamentos são, desde 1994, os principais responsáveis pelas intoxicações humanas registradas no País (com 28,94% dos eventos) e particularmente as crianças de 0 a 4 anos foram as mais atingidas por intoxicações medicamentosas (35,67% dos casos), sendo que as cinco classes de medicamentos responsáveis pelo maior número de casos foram descongestionantes nasais (9,99%), analgésicos (7,02%), broncodilatadores (6,80%), anticonvulsivantes (5,70%) e contraceptivos orais (4,39%).

O estudo relativo às intoxicações medicamentosas que atingem as crianças menores de cinco anos foi realizado pela farmacêutica Guacira Corrêa de Matos (Vice-Presidente do CRF-RJ) tendo como base as estatísticas do Sistema Nacional de Informações Toxico-Farmacológicas (Sinitox/Fiocruz), dos registros do Centro de Informações Toxicológicas do Rio Grande do Sul (CIT-RS) e do Centro de Controle de Intoxicações de São Paulo (CCI-SP), durante o período de 1997 a 1998.

O estudo mostra que as crianças de dois e três anos são as mais atingidas pelas intoxicações medicamentosas (64,51% no CIT/RS e 56,17% no CCI/SP), dentro da faixa etária analisada e os medicamentos que levaram a óbito foram os descongestionantes nasais, anticonvulsivantes, anti-histamínicos e expectorantes.

A principal causa ou circunstância dos eventos foi o acidente individual (76,79% dos casos), seguida do erro de administração (9,76%) e do uso terapêutico (5,48%).

Para Guacira Matos, "os dados apresentados demonstram que as intoxicações medicamentosas constituem um grave problema de saúde, que necessita de intervenções no campo da prevenção e promoção, com vistas à redução do impacto provocado por estes agentes no quadro da morbi-mortalidade infantil".

Segundo ela, o padrão de consumo de medicamentos do país é fortemente influenciado pela falta de controle em toda a cadeia do medicamento, desde a produção até a comercialização, levando ao consumo abusivo e irracional tanto dos produtos de venda livre como dos que necessitam de receituário médico. A conseqüência disso é o crescimento das intoxicações e envenenamentos, que sugere inadequações na produção, na circulação ou no uso de produtos farmacêuticos:

- Os dados analisados pelo estudo apontaram os analgésicos (7,02%) e os descongestionantes nasais tópicos e sistêmicos (9,99%), como os principais causadores de intoxicações em crianças de 0 a 4 anos. E estes medicamentos são, em sua maioria, de venda livre e alvo de intensa propaganda junto ao consumidor.

Segundo Guacira Matos, o padrão de exigência legal quanto às embalagens de produtos farmacêuticos ainda é muito baixo no Brasil:

- Os países mais desenvolvidos, desde a década de 70, adotaram a exigência da utilização de embalagens seguras, que reduziram a incidência de intoxicações acidentais em crianças. Aqui, desde 1994, está tramitando no Congresso Nacional um Projeto de Lei que prevê a utilização de embalagem de proteção especial à criança para medicamentos e produtos químicos de uso doméstico. A aprovação e regulamentação desta Lei certamente vai colaborar para a redução dos eventos tóxicos que atingem as crianças brasileiras em quantitativos crescentes a cada ano.

O Sinitox, que coordena a Rede de Centros de Controle de Intoxicações, distribuída pelo território nacional, aponta uma série de lacunas que prejudica a qualidade e a quantidade das informações sobre intoxicações e envenenamentos que ocorrem no País. Guacira explica:

- Há sub-registro, falta articulação com os serviços de saúde e falta uma padronização dos dados que são coletados. Este problema atinge inclusive os maiores centros do País, apontando a necessidade de um trabalho que desenvolva uma classificação única, a ser adotada por todos os centros integrantes do Sistema.

Para Guacira Matos, "a importância dos medicamentos como agentes do quadro de morbidade infantil por causas evitáveis demonstra a necessidade de ações educativas, tanto junto às crianças como a seus responsáveis, utilizando espaços públicos, creches, escolas, serviços de saúde e meios de comunicação".

Ações como esta já estão sendo promovidas pelo próprio Sinitox, através de materiais educativos e divulgação de informações na imprensa. Também alguns Conselhos Regionais de Farmácia e Sindicatos de Farmacêuticos têm promovido a Campanha pelo Uso Correto do Medicamento, como uma forma de enfrentar o problema.

A Portaria 3.916, de 30 de outubro de 1998, do Ministério da Saúde, aprova a Política Nacional de Medicamentos e inclui entre suas diretrizes e prioridades a Promoção do Uso Racional do Medicamento, através de campanhas educativas, ações de farmacovigilância e incentivo aos estudos de farmacoepidemiologia. A implementação do conteúdo da Portaria é da responsabilidade dos níveis federal, estadual e municipal de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo Guacira Matos, "o estudo visa apresentar apenas alguns aspectos do problema, no sentido de subsidiar estudos mais abrangentes e propostas concretas a serem implementadas tanto pelos três níveis de governo como pelas entidades não-governamentais, visando a redução de sua magnitude".